



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE GOVERNADOR VALADARES – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
FERNANDO ROTONDO ROCHA



Lei de Criação nº 3.492, de 18-12-1958
Data da instalação: 20-7-1960
Data de Instalação do PJe: 18-6-2015

Jurisdição: Governador Valadares, Alpercata, Capitão Andrade, Central de Minas, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Galiléia, Itabirinha, Itanhomi, Jampruca, Mantena, Marilac, Matias Lobato, Mendes Pimentel, Nacip Raydan, Naque, Nova Belém, Nova Módica, Periquito, Pescador, São Félix de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São João do Manteninha, São José da Safira, São José do Divino, Sardoá, Tumiritinga e Virgolândia.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 23-3-2017, p. 3/4.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h15min do dia vinte e quatro de abril de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, **Dr. César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Governador Valadares, situada na Rua Orbis Clube, nº 20 – 11º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, **Dr. Fernando Rotondo Rocha**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Levi Machado Eller e Silva; pelos servidores Bertrand de Sá Ribeiro, Danielle Cristina Cruz Mafra, Edna Ramalho da Costa, Isaque Lopes de Lima Pacheco, Jairo Batista da Silva, Lafaiete Temponi Leite, Lauriana Batista Cangussu Sary Eldin, Lirivane Cássia Goulart, Lucas Carmácio Azarias, Roberta Cardoso de Almeida Oliveira e Roberto César Gaião Rebelo e pelos estagiários Deisiane Mara de Oliveira e Alexandre Braz Batista. Ausente a servidora Renata da Silva Lima, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 475 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 20-4-2017, apurando-se a média de 8,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 36 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 15 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 40 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais nenhuma foi devolvida pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 290 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 150 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 17 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 14 autos de processos físicos com carga, no prazo.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Não há processo físico com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 65 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara providenciar a baixa naquelas já realizadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 62 mandados expedidos em processos físicos e 376 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 6 pendentes de cumprimento em processos físicos e 25 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 11 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 54 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 20-4-2017, existem 30 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 20-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	205
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	58
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	508
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	15
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	302
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	67
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	186

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.297 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 818 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 466 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- 13 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

20-4-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Governador Valadares, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.339, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução abaixo da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 20-4-2017, existem 33 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 24-4-2017 havia 18 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 4 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 8 processos;
- c) **instrução:** 6 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010424/17, 0010425/17, 0010437/17, 0010439/17, 0010456/17, 0010457/17, 0010433/17, 0010436/17, 0010415/17 e 0010441/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010433/17, 0010436/17, 0010415/17 e 0010441/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 2 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0011784/16, 0010022/17, 0010083/17, 0011750/16, 0011670/16, 0011538/16, 0010188/17, 0010133/17, 0011784/16, 0011748/16, 0010733/15, 0010373/15, 0010785/16, 0010365/16, 0010611/15, 0010283/15, 0010418/15, 0010398/15, 0010159/15, 0010158/15, 0011691/16, 0011203/16, 0011672/16, 0011040/16, 0011168/16, 0011325/16, 0011070/16, 0011029/16, 0010805/16, 0010044/17, 0011416/16, 0011727/16, 0011573/16, 0011076/16, 0011240/16, 0010584/16, 0010576/16, 0010557/16, 0010409/16, 0010864/16, 0011617/16, 0011537/16, 0010714/16, 0010610/16, 0010520/16, 0010947/16, 0010617/16, 0010826/16, 0010691/16, 0011043/16, 0010313/16, 0010108/16, 0010520/16, 0010601/16, 0010211/16, 0010498/16, 0010447/16, 0011726/16, 0011577/16, 0011408/16, 0011539/16, 0011503/16, 0011459/16 e 0011680/16.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Foram examinados os autos dos processos físicos 00523/15, 01575/14, 01574/15, 01572/14, 01571/14 e 01669/14.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011168/16, 0010044/17, 0011727/16, 0011617/16, 011537/16, 0011577/16, 0011539/16 e 0011503/16: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010022/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 2215710 (mais de 20 dias);

- 0011750/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id e024b33 (mais de 10 dias);

- 0011538/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id b26d2df (mais de 30 dias);

- 0010714/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria - cumprimento – Id f269fb2 (mais de 10 dias) e Id 77b1b9e (sem movimentação há mais de 10 dias);

- 0010610/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id f11e5d8 (mais de 20 dias);

- 0010947/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 3c5df58 (mais de 10 dias) e cumprimento – Id 09bc781 (mais de 20 dias) e Id 29e8fbb (sem movimentação há mais de 10 dias);

- 0010691/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 8345257 (mais de 60 dias);

- 0010108/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 7f6cc1e, Id 73dbae8 e Id efb35662 (mais de 10 dias).

- 0010520/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a2cf6c8 (mais de 10 dias) e cumprimento – Id 690fcd4 (sem movimentação há mais de 10 dias);

- 0010211/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a63de1e (mais de 10 dias);

- examinados os processos do Pje, bem como os processos físicos que estão suspensos *sine die*, constatou-se que aguardam decisão do STF.

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumaríssimo	13	24	32
Procedimento Ordinário	25	43	93
Instrução processo físico	-	-	717
Instrução processo eletrônico	127	207	152

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumaríssimo	16	10	2-5-2017- 8 dias
Procedimento Ordinário	17	70	1º-6-2017 38 dias
Instrução	238	191	31-10-2017- 190 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 20-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	141	32
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	324	93
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - proce-	173	46



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

dimento sumariíssimo (item 90267)		
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	13	717
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	322	209
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	160	48
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	10	721
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	299	205

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 20-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	5	253
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	40	60
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	28	384
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	42	68

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 20-4-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	516	2.408
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	45	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	7	2.439
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	898	4,06
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	176	0,79
Decisões na fase de execução	102	0,46
Total	1.176	5,32

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em março de 2017, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	77	3,5
Procedimento ordinário	156	7,09
Instrução	87	3,96
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	22	1
Total	342	15,54

No mês de março de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 82 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 28 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 72 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 7h55min e/ou 13h20min. Na quarta-feira há pauta dupla. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 500 despachos por semana.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
Processos recebidos	1.384	1.705
Média por dia útil	6,15	7,71
Processos remanescentes do ano anterior	383	545
Sentenças anuladas	14	11
Total de processos para solução	1.781	2.261
Processos solucionados	1.258	1.486
Processos conciliados	472	588
Produção	70,63%	65,72%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 23% no número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve uma diminuição de 4,91%.

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,7575
Jan/16 a Dez/16	0,6989

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,7488	0,3606	0,6979	0,6298

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARAMETRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	2.133 dias	2.196 dias	1.545 dias	0,7354
	PENDENTE	4.364	4.476	3.611	0,5303



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	821,91 dias	912,41 dias	776,32 dias	0,3606
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	37,52%	36,73%	37,65%	0,6167
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	90,90%	93,90%	97,34%	0,7364
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	50,33%	41,54%	38,22%	0,6302
	TC LIQUIDAÇÃO	54,58%	43,60%	40,65%	0,5683
	TC EXECUÇÃO	79,91%	78,29%	76,53%	0,7009
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	25,06%	25,31%	21,75%	0,3591

Fonte: e-Gestão em 26/01/2017

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.418.067,00	R\$1.266.902,33

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 10 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial, despachos e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf;
- 4) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 5) realizada redução do prazo de designação de audiências de instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias previsto no artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 da Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 87,15%, não tendo cumprido a Meta.

1ª Vara do Trabalho de Governador Valadares - de 1º-1-17 até 20-4-17			
	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	475	491	103,36%

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-17 até 20-4-17, há 39 processos distribuídos até 31-12-2015 pendentes, tendo sido atingida a Meta.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

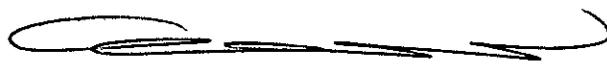
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

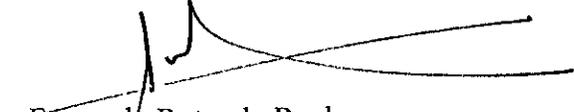


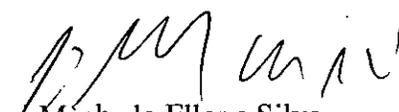
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 11h30min do dia vinte e quatro de abril de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior Mozart, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos M. Campos.


César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região


Fernando Rotondo Rocha
Juiz do Trabalho Titular da Vara


Leyn Machado Eller e Silva
Secretário da Vara do Trabalho

